

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

CONSTRUÇÃO DE PONTES DE CONCRETO ARMADO — LOTE 01 (RIO ATALAIA) E LOTE 02 (CÓRREGO RIACHÃO)

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste Termo de Referência a contratação de empresa de engenharia para execução de obra pública de construção de pontes de concreto armado, em zona rural do Município de Monte Alegre de Goiás/GO, **dividida em 02 (dois) lotes**, conforme especificações técnicas, projetos, planilhas orçamentárias, memoriais descritivos e cronogramas físico-financeiros (https://drive.google.com/drive/folders/1PabBR2xBvH-JNwRyBCEcXL3vx4YXZSX4?usp=drive_link) que integram este instrumento e o respectivo edital, na forma do quadro abaixo:

Lote	Objeto / Localização	Características	Valor estimado (R\$)
01	Construção de ponte de concreto armado sobre o Rio Atalaia, com retirada da ponte mista de madeira existente — Estrada Vicinal, zona rural (coord. -13.323871° / -46.993422°)	Comprimento: 30,62 m Largura: 4,30 m	541.266,44
02	Construção de ponte de concreto armado sobre o Córrego Riachão — Estrada Vicinal, zona rural (coord. -13.142918° / -46.632200°)	Comprimento: 20,00 m Largura: 4,50 m	791.563,09
VALOR TOTAL ESTIMADO			1.332.829,53

1.2. O critério de julgamento será o menor preço por lote, cujo valor total estimado da contratação é de R\$ 1.332.829,53 (um milhão, trezentos e trinta e dois mil, oitocentos e vinte e nove reais e cinquenta e três centavos), correspondendo o Lote 01 a R\$ 541.266,44 (quinhentos e quarenta e um mil, duzentos e sessenta e seis reais e quarenta e quatro centavos) e o Lote 02 a R\$ 791.563,09 (setecentos e noventa e um mil, quinhentos e sessenta e três reais e nove centavos), apurados em orçamento referencial elaborado com base nas tabelas SINAPI e SICRO, considerando BDI de 24,23%.

1.3. Os lotes são autônomos e independentes entre si, podendo o licitante apresentar proposta para um ou para ambos os lotes, sagrando-se vencedor, por lote, aquele que ofertar o menor preço, observados os requisitos de habilitação e qualificação técnica exigidos para cada lote.

1.4. As obras serão custeadas com recursos a seguir indicados: **Lote 02 (Córrego Riachão)** — recursos de transferência da União, no âmbito do Convênio/Plataforma +Brasil/TransfereGov nº 971480, Operação nº 029525/2024, firmado com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), e respectiva contrapartida municipal; **Lote 01 (Rio Atalaia)** — recursos oriundos de transferência da União e/ou recursos próprios do Município, conforme dotação orçamentária consignada no processo, observada a respectiva contrapartida.

1.5. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, observado o prazo de execução constante do Cronograma Físico-Financeiro de cada lote, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021, admitida a prorrogação na forma da lei. O contrato, ou instrumento hábil que o substitua, oferece maior detalhamento das regras aplicáveis à vigência da contratação.

2. 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de assegurar a trafegabilidade segura e permanente das estradas vicinais que cruzam o Rio Atalaia e o Córrego Riachão, na zona rural do Município de Monte Alegre de Goiás, essenciais ao escoamento da produção agropecuária, ao transporte escolar, ao acesso a serviços de saúde e à mobilidade das comunidades rurais. As travessias existentes encontram-se em condições precárias — no caso do Rio Atalaia, mediante ponte mista de madeira a ser substituída por estrutura definitiva em concreto armado —, comprometendo a segurança dos usuários, sobretudo no período chuvoso.

2.2. Tecnicamente, a contratação encontra-se respaldada por conjunto completo de estudos e projetos de engenharia — projetos estruturais, memoriais descritivos e de especificações técnicas, memórias de cálculo de quantitativos, planilhas orçamentárias e cronogramas físico-financeiros —, elaborados por profissional habilitado perante o conselho de classe, com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), o que assegura a viabilidade técnica e a segurança estrutural das obras.

2.3. Sob o aspecto administrativo e econômico, o valor total estimado de R\$ 1.332.829,53 foi definido mediante orçamento referencial, com vistas à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração. A adoção da modalidade Concorrência, na forma eletrônica, sob o regime de empreitada por preço global e critério de julgamento de menor preço por lote, assegura transparência, ampla competitividade e eficiência na aplicação dos recursos públicos, em conformidade com a Lei nº 14.133, de 2021.

2.4. A divisão do objeto em lotes distintos atende ao princípio do parcelamento e amplia a competitividade, na medida em que cada ponte constitui empreendimento autônomo, com localização, dimensões, soluções de fundação e fontes de recurso próprias, sem prejuízo da economia de escala ou da boa execução do conjunto.

2.5. Da vistoria prévia (facultativa)

2.5.1. A avaliação prévia do local de execução é recomendável para o pleno conhecimento das condições e peculiaridades do objeto, sendo assegurado ao interessado o direito de realizar vistoria prévia, acompanhado por servidor designado, em data e horário previamente agendados junto à Secretaria competente.

2.5.2. Para a vistoria, o representante legal ou o responsável técnico da empresa deverá apresentar documento de identidade civil e documento que comprove sua habilitação para o ato.

2.5.3. Caso opte por não realizar a vistoria, o interessado prestará declaração formal, assinada por seu responsável técnico, de pleno conhecimento das condições e peculiaridades da contratação. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das condições locais, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes, assumindo o Contratado os ônus decorrentes.

3. 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

3.1. A solução compreende a execução global das obras de cada lote, em regime de empreitada por preço global, abrangendo administração da obra, serviços preliminares, fundação, infraestrutura, mesoestrutura e superestrutura, transporte de materiais e serviços complementares, conforme especificado nos memoriais descritivos, projetos e planilhas que integram este Termo de Referência.

3.2. Lote 01 — Ponte sobre o Rio Atalaia

3.2.1. Construção de ponte de concreto armado com 30,62 m de comprimento e 4,30 m de largura, incluindo a retirada da ponte mista de madeira existente. Os serviços compreendem: administração da obra; serviços preliminares (placa de obra padrão do Manual da Marca do Governo Federal, depósito/canteiro, limpeza mecanizada e retirada da ponte existente); infraestrutura (cortina e pilar) em concreto fck = 40 MPa, fôrmas, escoramento e armação em aço CA-50; mesoestrutura (vigas e laje pré-moldada convencional EPS + vigotas para ponte, armação em aço CA-50 e CA-60, concreto fck = 40 MPa); transporte de material básico; e serviços complementares de apoio (grupo gerador e alimentação).

3.3. Lote 02 — Ponte sobre o Córrego Riachão

3.3.1. Construção de ponte de concreto armado com 20,00 m de comprimento e 4,50 m de largura. Os serviços compreendem: administração da obra; serviços preliminares (placa de obra, depósito/canteiro, limpeza mecanizada e locação convencional da obra); fundação em tubulão e blocos (escavação manual de vala e de fuste de tubulão a céu aberto, regularização de taludes, tubo de concreto, armação em aço CA-50 e concreto fck = 40 MPa); infraestrutura (cortina e pilar); mesoestrutura (vigas e laje, aparelho de apoio de neoprene fretado, fôrmas, escoramento, armação em aço CA-50/CA-60 e concreto fck = 40 MPa); transporte; e serviços complementares de apoio.

3.4. Normas técnicas e condições de execução

3.4.1. Toda a obra observará rigorosamente os projetos aprovados e as normas técnicas aplicáveis, em especial as normas da ABNT — NBR 6118 (projeto de estruturas de concreto), NBR 6122 (projeto e execução de fundações), NBR 7187 (projeto e execução de pontes de concreto), NBR 7480 (aço para concreto armado), NBR 7678 (segurança na execução de obras), NBR 9062, NBR 9783 e demais correlatas —, bem como as Normas Regulamentadoras de segurança do trabalho (NR-1, NR-6, NR-18, NR-21 e NR-33).

3.4.2. Antes do início dos serviços, a Contratada deverá providenciar e apresentar ao órgão contratante: ART/RRT de execução; alvará de construção; matrícula CEI/CNO junto à Previdência Social; registro dos empregados; programas de segurança do trabalho; e diário de obra, mantendo no canteiro toda a documentação atualizada.

3.4.3. Eventual substituição de materiais ou serviços previstos nas especificações dependerá de prévia apresentação de memorial descritivo e justificativo e de composição orçamentária completa, sujeita à aprovação da fiscalização e da autora do projeto, vedada qualquer alteração que não vise comprovada melhoria técnica.

3.5. Documentos integrantes. Integram este Termo de Referência, para todos os fins, independentemente de transcrição: (i) os projetos estruturais; (ii) os memoriais descritivos e de especificações técnicas de cada lote; (iii) as planilhas orçamentárias (orçamento-base); (iv) as planilhas de levantamento de quantitativos (PLQ) e memórias de cálculo; e (v) os cronogramas físico-financeiros. Em caso de divergência entre as peças, prevalecerão, sucessivamente, o projeto estrutural, o memorial descritivo, a planilha orçamentária e o cronograma.

4. 4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. A execução do objeto observará a seguinte dinâmica:

- a) Início da execução: até 05 (cinco) dias úteis após a emissão da Ordem de Serviço;
- b) **Prazo de execução:** 90 (noventa) dias corridos para cada lote, contados da emissão da respectiva Ordem de Serviço, observado o desembolso e as etapas previstas no Cronograma Físico-Financeiro;
- c) Regime de execução: empreitada por preço global, por lote;

- d) Local de execução: estradas vicinais da zona rural do Município de Monte Alegre de Goiás/GO, nas coordenadas indicadas para cada lote.

4.2. A Contratada deverá manter na obra, em local determinado pela fiscalização, as placas da empreiteira (com os responsáveis técnicos) e do órgão/programa concedente dos recursos, no padrão do Manual da Marca do Governo Federal vigente, bem como responsabilizar-se pela vigilância da obra até a entrega definitiva e pela observância integral das normas de segurança do trabalho.

4.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, mediante simples apostilamento, anotadas as circunstâncias.

4.4. Os movimentos de terra para acesso e implantação, quando previstos como encargo do Município nos memoriais, serão de responsabilidade da Administração, sem prejuízo da articulação com a Contratada para o bom andamento dos serviços.

5. 5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial. As comunicações entre o órgão e a Contratada serão feitas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitido o meio eletrônico.

5.2. Do preposto

5.2.1. A Contratada designará formalmente o preposto, antes do início da execução, com poderes para representá-la, devendo mantê-lo no local da obra durante o período de execução. A Administração poderá recusar, justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto, hipótese em que a Contratada designará outro.

5.3. Da fiscalização e gestão

5.3.1. A execução será acompanhada e fiscalizada por fiscal(is) do contrato e respectivos substitutos, na forma do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, cabendo-lhes verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamentos e termos aditivos.

5.3.2. Constatado descumprimento de obrigações contratuais, o fiscal atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato quando a providência ultrapassar sua competência.

5.3.3. Ao gestor do contrato cabe coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização; acompanhar os registros dos fiscais e a manutenção das condições de habilitação; emitir documento comprobatório das avaliações; adotar providências para a formalização de processo de responsabilização, quando cabível, na forma do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021; e elaborar relatório final sobre a consecução dos objetivos da contratação.

6. 6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

6.1. Ao final de cada etapa prevista no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhadas. Uma etapa será considerada concluída quando os serviços nela previstos estiverem integralmente executados.

6.2. Será indicada a retenção ou glosa proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada não produziu os resultados acordados, deixou de executar ou executou com qualidade inferior à exigida, ou empregou materiais e recursos em desacordo com o contratado.

6.3. Do recebimento

6.3.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelo fiscal do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico, contado do recebimento da comunicação de cobrança com a comprovação da execução da parcela.

6.3.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, não se atestando a última e/ou única medição até a regularização das pendências apontadas no recebimento provisório.

6.3.3. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, observado o disposto no art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.3.4. Havendo controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observar-se-á o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se a Contratada para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6.4. Da liquidação e do pagamento

6.4.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para liquidação, prorrogável por igual período, devendo o setor competente verificar os elementos essenciais do documento (validade, data de emissão, dados do contrato e do órgão, período de execução, valor e retenções tributárias cabíveis).

6.4.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação, a despesa ficará sobrestada até a regularização, reiniciando-se o prazo após a comprovação, sem ônus ao Contratante. A Nota Fiscal deverá ser acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.4.3. O pagamento será efetuado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação, por ordem bancária, mediante crédito em conta indicada pela Contratada, com a retenção tributária prevista na legislação. A Contratada optante pelo Simples Nacional não sofrerá retenção quanto aos tributos abrangidos pelo regime, mediante comprovação oficial.

6.5. Do reajuste

6.5.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado. Após esse interregno, os preços poderão ser reajustados mediante aplicação do Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a anualidade, contando-se os reajustes subsequentes a partir dos efeitos financeiros do último reajuste. O reajuste será realizado por apostilamento.

7. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.1. A seleção dar-se-á pela modalidade Concorrência, na forma eletrônica, sob o regime de empreitada por preço global, com critério de julgamento de menor preço por lote, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e do Decreto Municipal nº 20, de 31 de janeiro de 2024.

7.2. A habilitação observará os requisitos de habilitação jurídica, regularidade fiscal, social e trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica, na forma da Lei nº 14.133, de 2021, e do edital, exigindo-se, quanto à qualificação econômico-financeira, capital social ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado do(s) lote(s) para o(s) qual(is) o licitante concorrer.

7.3. Da qualificação técnica

7.3.1. A comprovação da capacidade técnico-operacional far-se-á mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no CREA/CAU, em nome da empresa licitante, comprovando a execução de obra de características semelhantes ao objeto, relativamente às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo.

7.3.2. A comprovação da capacidade técnico-profissional far-se-á mediante Certidão de Acervo Técnico (CAT), expedida pelo CREA/CAU, em nome do profissional de nível superior indicado como responsável técnico, acompanhada do respectivo atestado, comprovando aptidão para execução de serviços compatíveis com as parcelas de maior relevância, devendo o profissional integrar o quadro da empresa na data da contratação.

7.3.3. Consideram-se parcelas de maior relevância técnica e valor significativo, para fins de qualificação técnica, em quantitativo não inferior a 50% (cinquenta por cento) do previsto nas planilhas de cada lote:

- a) Execução de estrutura de concreto armado (vigas, lajes e/ou cortinas) com concreto de fck igual ou superior a 40 MPa;
- b) Fornecimento, preparo e colocação de armação em aço CA-50;
- c) **Lote 01:** execução de laje pré-moldada para ponte; **Lote 02:** execução de fundação em tubulão a céu aberto.

7.3.4. Os requisitos de qualificação técnica serão verificados por lote, admitida a soma de atestados para comprovação dos quantitativos exigidos, quando tecnicamente pertinente, conforme o art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021, e o edital.

1.1. 7.4. Das garantias

7.4.1. Será exigida garantia da proposta, como requisito de pré-habilitação, no patamar de 1,0% (um por cento) do valor estimado da contratação, na forma do art. 58 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.4.2. Para o fiel cumprimento do contrato, a Contratada prestará garantia de execução correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, em até 10 (dez) dias após a assinatura da ordem de início, nas modalidades do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.4.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis.

7.5. Da subcontratação. Admite-se a subcontratação parcial do objeto, mediante autorização da fiscalização e motivação da Contratada, até o limite de 30% (trinta por cento), vedada a subcontratação das parcelas de maior relevância e valor significativo submetidas à prova de capacidade técnica.

8. 8. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. O custo total estimado da contratação é de R\$ 1.332.829,53 (um milhão, trezentos e trinta e dois mil, oitocentos e vinte e nove reais e cinquenta e três centavos), assim distribuído por lote:

Lote	Empreendimento	Valor estimado (R\$)
01	Construção de ponte de concreto sobre o Rio Atalaia	541.266,44

Lote	Empreendimento	Valor estimado (R\$)
02	Construção de ponte de concreto sobre o Córrego Riachão	791.563,09
TOTAL GERAL		1.332.829,53

8.2. O valor estimado foi obtido com base nas tabelas oficiais de referência SINAPI e SICRO, vigentes na data-base do orçamento, com BDI de 24,23%, conforme planilhas orçamentárias que integram este Termo de Referência.

9. 9. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DA FONTE DE RECURSOS

9.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Município de Monte Alegre de Goiás, consignadas no processo administrativo, compostas por recursos de transferência da União — em especial, quanto ao Lote 02, o Convênio/TransfereGov nº 971480 (Operação nº 029525/2024 — CODEVASF) — e respectivas contrapartidas municipais, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

10. 10. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que: der causa à inexecução parcial do contrato; der causa à inexecução parcial que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; der causa à inexecução total; ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado; apresentar documentação ou declaração falsa; praticar ato fraudulento; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; ou praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

10.2. Serão aplicáveis as sanções de advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos dos arts. 156 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, observada a dosimetria legal, a saber:

- Advertência, na inexecução parcial, quando não se justificar penalidade mais grave;
- Multa moratória de 0,5% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- Multa compensatória de 5% a 10% do valor do contrato para as infrações de inexecução; e de 10% a 20% para as condutas fraudulentas ou inidôneas;
- Impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade, conforme a gravidade da conduta, na forma da lei.

10.3. A aplicação das sanções não exclui a obrigação de reparação integral do dano e poderá ser cumulada com a multa, assegurados o contraditório e a ampla defesa, com prazo de 15 (quinze) dias úteis para defesa, observado o procedimento do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento e de declaração de inidoneidade. As sanções de impedimento e de inidoneidade são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

11. 11. DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

11.2. O regime de execução será o de empreitada por preço global, por lote, vedada a subcontratação total do objeto e admitida a subcontratação parcial nos limites do item 7.5.

11.3. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 14.133, de 2021, da regulamentação municipal e dos princípios gerais de direito administrativo.

Monte Alegre de Goiás – GO, 16 de junho de 2026.

MÁRCIO ANTÔNIO DE SOUZA RAMOS
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO